

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1001732-91.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Daniela Aparecida Marcolino Tomazini**  
 Requerido: **Savegnago Supermercados Ltda**

DANIELA APARECIDA MARCOLINO TOMAZINI ajuizou ação contra SAVEGNAGO SUPERMERCADOS LTDA, pedindo a condenação ao pagamento de indenização por dano moral, haja vista o constrangido decorrente do acidente em interior de loja, quando foi atingida por uma placa indicativa suspensa que se desprendeu e atingiu seu braço, causando escoriações.

A ré contestou o pedido, afirmando que o fato não gerou dano indenizável.

Manifestou-se a autora, insistindo na obtenção de reparação civil.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Dispensável a produção de outras provas.

A contestante reconheceu a ocorrência de típico acidente de consumo, pois uma placa de sinalização que estava suspensa se desprendeu e atingiu o braço da autora. Reconheceu inclusive que se tratou de um *desagradável e sério incidente* (fls. 18).

Segundo a contestante, a própria autora segurou a placa, ao perceber a queda (fls. 36).

No entanto, as imagens gravadas mostram que uma das extremidades da placa desprendeu-se e projetou-se contra a autora, entre seu ombro direito e cabeça, efetivamente atingindo-a, ainda que de forma leve, pois, embora surpreendida pelo fato, instintivamente segurou a placa, que aí então soltou-se da outra extremidade e foi suportada pela autora e, em

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

seguida, por um preposto da ré.

Também é possível ver a autora tateando seu braço direito, à procura de alguma lesão, e a expressão de irritação, demonstrada por um gesto, denotando o enorme aborrecimento com a situação vivenciada, não um aborrecimento qualquer mas o próprio susto acarretado, a inquietação, que se traduziu em fato perturbador, não esperado por alguém que visita um supermercado em inauguração.

Houve, a meu juízo, dano moral indenizável, independentemente de constatação de lesão física, pois o que se indeniza é abalo psíquico.

Pode o juiz guiar-se pelas condições em que se apresentam os litigantes, para a redução ou ampliação do gravame devido e, ainda, a manutenção de uma certa relação entre o ilícito praticado e o resultado auferido pelo lesante, na fixação da indenização devida. A personalidade do lesado e a repercussão do dano são também considerados (v. Reparação Civil por Danos Morais, Carlos Alberto Bittar, RT).

Tomam-se em conta a posição social e cultural do ofensor e do ofendido, tendo-se em vista o homo medius, de sensibilidade ético-social normal. A maior ou menor culpa do agente também é aspecto a ponderar.

No entanto, constitui contradição pretender buscar uma perfeita equivalência econômica entre o dano e a quantia que for arbitrada a título de compensação ou satisfação simbólica, o que se mostra possível apenas no domínio dos danos patrimoniais (Antonio Lindbergh C. Montenegro, Ressarcimento de Danos, Âmbito Cultural Edições, 4ª edição, página 153).

A reparação pecuniária pelo dano moral, descartada a impossibilidade de qualquer equiponderância de valores, tem o sentido de compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável em contrário (RT 650/63).

A paga em dinheiro representa uma satisfação moral ou psicológica, neutralizando o sofrimento impingido. Mas não pode significar um enriquecimento sem causa da vítima.

À falta de regulamentação legal, a estimativa é prudencial (TJSP, Ap. 113.190-1, 2ª C., j. 28.11.89, Rel. Des. Walter Moraes, RT 650/63).

É razoável estabelecer a indenização em R\$ 5.000,00.

Mostra-se absolutamente inaceitável o montante pleiteado na petição inicial, R\$ 50.000,00, cuja concessão acarretaria evidente enriquecimento ilícito.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, acolho em parte o pedido e condeno a ré a pagar para a autora a importância de R\$ 5.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios, à taxa legal, contados da época do fato danoso (STJ, Súmula 54), além dos honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação.

Responderão as partes pelas custas e despesas processuais em igualdade.

Condeno a autora ao pagamento de honorários advocatícios em favor da patrona da ré, fixados por equidade em R\$ 750,00, vedada a compensação (Código de Processo Civil, artigo 85, § 14).

A execução das verbas processuais, perante o beneficiário da gratuidade da justiça, porém, fica suspensa, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.C.

São Carlos, 29 de março de 2016.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**